



Revista de Políticas Públicas

E-ISSN: 2178-2865

revistapoliticaspublicas@ufma.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Marques Santos, Ana Maria; Cardoso, Cristiane; Marques Bezerra, Carla Andreza
ESCOLA E COMUNIDADE NO RECONHECIMENTO E NO PLANEJAMENTO DE
AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL: a experiência do município de
Mesquita/RJ

Revista de Políticas Públicas, julho, 2014, pp. 413-422

Universidade Federal do Maranhão

São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273044>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ESCOLA E COMUNIDADE NO RECONHECIMENTO E NO PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL: a experiência do município de Mesquita/RJ

Ana Maria Marques Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Cristiane Cardoso

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Carla Andreza Marques Bezerra

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

ESCOLA E COMUNIDADE NO RECONHECIMENTO E NO PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL: a experiência do município de Mesquita/RJ

Resumo: Este artigo busca apresentar um recorte da pesquisa participativa realizada durante o processo de construção coletiva do Programa Municipal de Educação Ambiental do Município de Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro. Compreendido no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010, o processo diz respeito à participação e à concepção de professores, alunos e comunidade sobre o reconhecimento de ações da Educação Ambiental no Município, no que concerne à escola, prolongando-se, também, para além dela.

Palavras-chave: Pesquisa, participação, educação ambiental, escola.

SCHOOL AND COMMUNITY IN THE ACKNOWLEDGMENT AND PLANNING OF MUNICIPAL ENVIRONMENTAL EDUCATION ACTIONS: the experience of the city of Mesquita/RJ.

Abstract: This article searches to present a snip of participatory research carried out during the process of collective construction of Municipal Environmental Education Program of the city of Mesquita, Rio de Janeiro State. In the period from December 2009 to December 2010, the process concerns the participation and conception of teachers, students and the community on the recognition of Environmental Education in the city, which concerns to school and also extends beyond it.

Keywords: Research, participation, environmental education, school.

Recebido em 22.11.2013 Aprovado em 06.01.2014

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos apresentar um recorte da pesquisa participativa realizada durante o processo de construção coletiva do Programa Municipal de Educação Ambiental do Município de Mesquita, no Estado do Rio de Janeiro. Compreendido no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010, o processo diz respeito à participação e à concepção de professores, alunos e comunidade sobre o reconhecimento de ações da Educação Ambiental no Município, no que concerne à escola e também ao seu prolongamento para além dela.

Toda educação deve ser “[...] um processo dinâmico em permanente construção, buscando propiciar a reflexão, o debate e a autotransformação das pessoas.” (GUIMARÃES, 2000, p. 14). No campo da Educação Ambiental, isto não ocorre de forma distinta, e, ainda, alia-se o fato de sua constituição ser bastante recente e repleta de questões complexas que a envolvem e que permeiam a educação (LOUREIRO, 2006; 2007b).

Arelada a essa realidade concreta (KOSIK, 2002), um universo de diferentes e diversas ações socioambientais ocupa tanto a formalidade, quanto a informalidade educativa. Todas essas questões podem ser observadas tanto a nível nacional, quanto regional, com destaque ainda maior à Educação Ambiental como fato concreto que necessita de um norteamento de seu fazer, via políticas públicas, na busca da garantia de sua universalização.

Especificamente, a Educação Ambiental brasileira tem sofrido processos legais de consolidação e acirramento das discussões públicas e políticas. Dentre tais processos, podem ser observados, desde os anos 1980, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, os PCNs de 1997, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) de 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental de 1999 (PNEA) e, também, a outorga da Lei Estadual nº 3.325, de 17 de dezembro de 1999, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEEA) e garante, por meio dela, a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/RJ)¹. Recentemente, também foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, por meio da Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012. Nesse sentido, merece e cabe uma reflexão-ação profundamente crítica, em que os processos sociais sejam considerados e ouvidos em sua trajetória histórica e social e garantida à participação de fato e de direito no destino da vida coletiva.

Considerado o exposto, tomamos os pressupostos teórico-metodológicos da teoria crítica nesta condução investigativa, uma vez que neles os objetos de análise não são evidenciados como

estanques, pois há a busca de suas relações com as ações humanas, a cultura e a organização social e política (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2000). Para os autores que se inserem nessa perspectiva, os objetos estão em movimento e mudam para, no limite, deixarem de ser objetos, abolindo, com isso, a separação sujeito-objeto, tema clássico da ciência tradicional. Logo, “[...] neste sentido, o papel do teórico e da teoria, pode ser, e é, crucial para a mudança social, pois é ele quem desvendará o fetiche que encobre as relações sociais possibilitando a emancipação.”, o que Alves-Mazzotti e Gewandszajder (2000, p. 139) denominaram de tentativa de “[...] compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas.”.

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa em tela, em termos metodológicos, realizamos encontros mensais com a comunidade, com representantes do governo, com entidades não governamentais e com representantes das escolas, visando à construção do Programa e da Política de Educação Ambiental e, paralelamente, mirando a identificação e mapeamento de ações de Educação Ambiental e das atividades decorrentes dessas ações no município de Mesquita.

Torna-se, então, objeto deste artigo, o estabelecimento do relato reflexivo por meio da organização e da sistematização do material levantado. Dessa forma, pretendemos analisar as ações desenvolvidas por todos os agentes envolvidos no processo de construção da política e do programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita, Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que várias ações já eram realizadas antes e durante o processo de construção participativa, e têm continuidade ainda hoje.

2 UM POUCO DO HISTÓRICO DO PROCESSO

Uma vivência, algo pelo qual simplesmente eu passei, eu atravesssei, ou algo que me aconteceu, ela não é nada se ela não puder ser transformada em alguma narrativa compartilhável e transmissível ao grupo ao qual eu pertenço. É a transmissão, é o compartilhar, que transforma a vivência em experiência. (BENJAMIN, 1994, p. 114).

A Educação Ambiental brasileira se materializa em aspectos legais por meio de uma trajetória em curso, desde os anos 1980. Mais detalhadamente, para o processo municipal que estava em edificação, seguem mencionados aspectos:

- Na *Constituição Federal de 1988*, no Capítulo VI, inciso VI do parágrafo 1 do artigo 225, sobre o meio ambiente, é instituída, como competência do poder público, a necessidade de “[...] promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino” (BRASIL, 1988).

MUNICIPAL: a experiência do município de Mesquita/RJ

- A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)* determina que essa perspectiva de educação seja considerada uma diretriz para os conteúdos curriculares da Educação Fundamental. Dessa forma, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em que o meio ambiente (e a Educação Ambiental) é apresentado como tema transversal para todo o currículo.

É o tema meio ambiente tratado de forma articulada entre as diversas áreas do conhecimento, de forma a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criando uma visão global e abrangente da questão ambiental. (BRASIL, 1997, p. 49).

- O *Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)*, em 1997, foi apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia e pelo Ministério da Cultura. O Programa foi revisado em 2004 (LOUREIRO, 2007a) por meio de consulta pública, tendo como foco a busca de meios em seus princípios e em suas linhas de ações, propostos para intensificar a implantação da Educação Ambiental na sociedade nacional.

- Na outorga da *Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)*, em 1999, fica destacado, no artigo 2º, que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.” (BRASIL, 1999a).

- A outorga da *Lei Estadual nº. 3.325*, de 17 de dezembro de 1999, instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental e criou o Programa Estadual de Educação Ambiental.

- E agora, a promulgação das *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental*, de 15 de junho de 2012, preconiza, como princípio, que:

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latinoamericana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental; e que o reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos

socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social. (BRASIL, 2012, p. 1).

Assim, nós passamos a refletir sobre o referencial de antecedentes participativos no Município de Mesquita, em face da importância dos marcos legais que referenciam programaticamente tanto as próprias políticas públicas de Educação Ambiental, quanto para sua condução, como ato educativo, os quais surgem de forma significativa neste e em outros projetos, com destaque para a ocupação do espaço público sob a forma de controle social, uma práxis marcante no histórico local.

Para isso, foi constituída uma Comissão de Consulta Pública (CPP), formada a partir das representações da sociedade já existentes no município (a exemplo do Conselho da Cidade, da Agenda 21, entre outros). A Comissão foi então constituída de professores da rede municipal, estadual e privada, de lideranças comunitárias e demais representações da sociedade civil, do governo local e da Universidade, grupo que se reuniu de modo regular, inicialmente para a sua construção e, atualmente, se reúne para a sua manutenção.

Fruto da primeira etapa de trabalho, deu-se a construção da Política Municipal de Educação Ambiental, apresentada, votada e aprovada em audiência pública em novembro de 2009, na Câmara Municipal, sem emendas, no dia 29 de dezembro de 2009². Desse modo, foi promulgada a Lei Municipal 601 e, com ela, instituída a Política de Educação Ambiental do Município de Mesquita que, em seu artigo 6º, anunciou a criação do Programa Estadual de Educação Ambiental (ProMEA):

Art. 6º É instituída a Política Municipal de Educação Ambiental, que será implementada por meio do Programa Municipal de Educação Ambiental a ser criado por instrumento legal municipal e que deverá se caracterizar por linhas de ação, estratégias, critérios, instrumentos e metodologias. (MESQUITA, 2009).

Assim, em continuidade à Construção Coletiva, de Participação Pública e Popular, a Política de Educação Ambiental Municipal deu prosseguimento a construção do ProMEA³ - Mesquita, que tem como principais objetivos: ampliar e garantir a participação popular no processo de gestão ambiental pública e possibilitar a descentralização e o compartilhamento de responsabilidades no âmbito federal, estadual e municipal, o que se estabelece por meio do fortalecimento dos espaços públicos de participação e de qualificação de membros do poder público e da sociedade para atuação nesses espaços.

Nesse sentido, é de fundamental importância explicitar a diversidade existente nas diferentes formas, nos saberes, nos conhecimentos e nas práticas em Educação Ambiental, surgidos nesse

período de construção coletiva, e apontar a definição considerada prioritária para o planejamento, para a organização, para a execução e para a avaliação das linhas de ação indicadas no Programa. Na segunda etapa do trabalho, definimos, coletivamente, as linhas de ação para a construção do ProMEA Mesquita.

Desse modo, coadunando com o princípio participativo, a Comissão de Consulta Pública (CCP) buscou, sob a forma de representação paritária, ter em sua constituição a Sociedade Civil, em sua diversidade de representações de entidades: associação de Moradores, ONGs, cooperativas, empresariado, denominações religiosas, escolas privadas e sindicatos. Além delas, destacam-se as representações já existentes no Fórum Municipal da Agenda 21, que inclui uma Comissão Executiva, bem como o Conselho de Meio Ambiente e o Poder Público Municipal: as Secretarias Municipais, em especial a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Educação, Saúde e Urbanismo. Participaram também os professores da rede pública municipal, estadual e particular e, prioritariamente, aqueles que já desenvolviam trabalhos e projetos em Educação Ambiental.

Nesse contexto, tínhamos o desafio de definir coletivamente as linhas de ação⁴ para a construção do Programa de Educação Ambiental Municipal. Aliadas a essa trajetória constitutiva, e dentre muitas outras questões que (a) concernem à escola, cabe compreender as *alternativas* que daí acabaram por emergir, não no sentido espontaneísta, mas sim no decurso histórico. Entre elas, estão as práticas participativas de sujeitos sociais localizados dentro e fora da escola. Nessa interface, está a busca pelo reconhecimento das práxis educativas socioambientais produzidas no entorno da escola e dentro dela, como condição primordial para apreender uma história social processual, sob pena de descontextualizar a existência humana e suas possibilidades.

Nas palavras de Benjamin (1994, p. 230), trata-se de “[...] uma oportunidade de lutar por um passado oprimido [...], num tempo de agora.”, quando o que se revela da totalidade possibilita manter potentes perguntas em aberto, para além do fato em si, mas, sobretudo, para o fato em suas relações de realidade concreta. No caso em questão, que perguntas e constatações poderiam ser feitas aos estudantes, aos professores e à comunidade escolar envolvidos? Quais seriam suas prioridades e seus olhares? Como eles se compreenderiam a partir do lugar onde vivem, estudam e trabalham?

Buscando respostas para tais questionamentos, iniciamos a investigação trabalho e, ao longo desse processo, o trabalho foi sendo realizado junto às escolas do município. Visávamos a identificar as práxis e, principalmente, a construção de um programa que já pudesse

identificar e contemplar essas ações. Esse material foi riquíssimo, com várias pesquisas em curso. Para o desenvolvimento dessa etapa do trabalho, contamos com a participação da Secretaria de Educação e Meio Ambiente do Município. Foram acionadas todas as lideranças e escolas para que pudessem enviar para o ProMEA as atividades de caráter ambiental desenvolvidas ao longo do ano.

3 QUANDO OS PROFESSORES PESQUISAM COM SEUS ALUNOS

A ação educativa emancipatória pela pesquisa visa apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural. Objetiva também vincular o processo educativo às práticas políticas e econômicas. (LOUREIRO, 2008a, p. 8-9)

Assim, considerando as concepções de Educação Ambiental, escolar e não escolar, concebidas durante o processo formativo da política pública do município, e a relevante participação de professores e gestores escolares na Comissão de Consulta Pública (CCP), foi solicitada, em maio de 2010, a colaboração da comunidade escolar, por meio de levantamento sobre as percepções dos alunos de escolas do município, públicas e privadas, relacionadas às ações ambientais existentes nos bairros/nas comunidades onde moram.

Esse levantamento objetivou dar visibilidade à participação da comunidade escolar na construção de linhas de ação que oferecessem suporte ao processo de construção do Plano de Educação Ambiental do Município e que motivassem a comunidade escolar em acompanhar esse processo.

Para a realização dessa etapa da construção do plano de ação, é considerada a articulação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da Secretaria do Meio Ambiente (SEMUAM), como organizadora e mobilizadora da proposta nas escolas junto aos representantes escolares. Observa-se que grande parte desses representantes foi centralizada na figura do professor, como semeador da pesquisa com os alunos, os quais compartilhariam a “notícia” da aprovação da Lei e da construção do plano de ação com a comunidade local no momento da pesquisa. Dessa maneira, novos elos foram se formando e estruturando redes que aproximaram escolas-entorno-famílias-vizinhanças desses alunos.

Destacamos, neste momento, a participação dos professores como importantes agentes para iniciar um processo de mobilização dentro e fora das escolas, uma vez que eles, além de conhecerem o espaço pedagógico em que atuam, são capazes de reconhecer, por meio das experiências vividas

nesse espaço, as realidades trazidas e vivenciadas por seus alunos.

De acordo com o inciso I do artigo 12 da Política de Educação Ambiental do Município de Mesquita (2009):

Art.12. As instituições de ensino da rede pública e seus respectivos conselhos e as instituições de ensino privado devem priorizar em suas atividades práticas:

I - a participação da comunidade na identificação dos problemas e potencialidades locais na busca de soluções sustentáveis, assim como nas práticas que objetivem sua resolução.

Desse modo, podemos verificar a importância das atividades organizadas como ações mobilizadoras. Contudo, nesse caso, destaca-se a ação dos professores como incentivadora de ações coletivas, pois, quando estes pesquisam com seus alunos, atuam não somente como pesquisadores, mas como participantes integrados àquela realidade e, logo, como interventores.

Benjamin (1994), a esse respeito, faz um convite: pensar acerca da importância de desenvolver pesquisas que busquem tratar de um dialogismo que não é inaugural, mas que trata de reeditar sujeitos por meio de suas memórias, narrativas e histórias, subsumidos e classificados como desqualificados e, até mesmo, invisíveis, tanto no âmbito singular, quanto no âmbito coletivo. A importância desse movimento, que não é inédito, está no (des)velar de categorias classificadas como fantasmagóricas, pois produzimos e somos produzidos numa sociedade em que o óbvio precisa, muitas vezes, ser recolocado em seu lugar comum: "Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária." (MARX, 1985, p. 939).

Mas, a qual perspectiva reveladora, pelas mãos da ciência, estamos nos referindo? A qual projeto político da sociedade ela dirige seu potencial? É do lugar – aquele que problematiza o "óbvio" – que julgamos pertinente e relevante buscar apreender os diálogos, as experiências e as articulações estabelecidas entre as escolas participantes de forma mais pontual naquele momento da pesquisa e os demais segmentos e sujeitos sociais daquele município no que diz respeito à constituição de um programa de Educação Ambiental municipal.

A problematização do que tomamos como o *óbvio* teve como delimitação questões socioambientais, podendo ser encontrados nesses diálogos-memórias-narrativas pessoais e coletivos, experiências, fazeres e articulações. Procuramos apreender tais processos dentro de um plano ético-crítico e político emancipatório.

A Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Coordenação de Educação Ambiental, promoveu a assessoria e o acompanhamento aos projetos realizados pelas Unidades Escolares com

temática pertinente ao meio ambiente. Dentre suas ações permanentes, destacam-se: (a) representação junto ao Fórum da Agenda 21 da cidade e junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente; (b) formação continuada dos profissionais da educação por meio de palestras, debates e oficinas; (c) formação em Agenda 21 aos profissionais do 2º segmento do Ensino Fundamental e do Conselho Escolar de Educação; (d) incentivo à formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAS) nas Escolas; (e) fortalecimento do Programa Coleta Seletiva Solidária mediante campanhas ecológicas de recolhimento de pilhas, óleo de cozinha e embalagens *tetrapack* (por adesão espontânea das Unidades de Ensino); (f) integração com as demais Secretarias de Governo nas questões pertinentes ao meio ambiente, à formação e ao acompanhamento dos monitores do Programa Mais Educação em oficinas de Educação Ambiental; (g) busca de parcerias com entidades que promovam a Educação Ambiental não formal (programa Escola Verde, promovido pela Bayer, de Belford Roxo, e ONG Onda Verde).

Todas essas ações estão previstas no programa de Educação Ambiental do município em questão. De certa maneira, elas já eram realizadas de forma pontual e isoladas, mas a Prefeitura tem tentado concretizar a integração entre as ações nos diferentes lugares, construindo efetivamente um Programa Municipal.

Nessa etapa, participaram efetivamente sete escolas⁵, entre elas: quatro escolas municipais, uma escola estadual, uma escola privada e uma creche municipal. Essas instituições envolveram 25 (vinte e cinco) turmas e, aproximadamente, 600 (seiscentos) alunos do Ensino Fundamental (primeiro e segundo segmentos), do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) noturna, além do segmento infantil-creche, por meio das famílias. Essa "equipe" acabou por atuar em 12⁶ bairros dos 17 existentes no Município.

Visando ao reconhecimento de ações de Educação Ambiental nos bairros e nas comunidades, foram desenvolvidas estratégias de apreensão dessa realidade, tais como: (a) pesquisa individual com pais de alunos de creche; (b) observação do entorno da escola e das residências – caminho da escola; (c) reflexão e discussão sobre como poderia haver intervenções na melhoria da promoção da saúde e da preservação do meio ambiente; (d) preparação para realização da pesquisa fora da escola com posterior elaboração do levantamento final por parte de alunos e professores; (e) rodas de conversa e debate no auditório e em salas de aula; (f) entrevistas realizadas pelos alunos junto à vizinhança e aos demais moradores da sua comunidade; (g) entrevistas entre alunos e familiares; (g) além da sugestão de representações por meio de ilustrações em forma de desenhos de autoria dos alunos.

Cabe aqui lembrar que, ao se tratar da participação social no Brasil, o conceito de sociedade

civil se firma no caráter de busca da liberdade e da justiça individual, ambas atreladas à esfera política e, historicamente, desvinculadas da esfera econômica e da liberdade coletiva – Sociedade Civil de Direitos (MESCHKAT, 1999). Assim, concebida tal categorização, a sociedade civil passa a abrigar *todos os sujeitos sociais* e a desconsiderar suas diferenças econômicas, sociais e culturais, e, insurgente, coloca a todos no campo de *mesmos direitos e oportunidades* no jogo político. Todos são sociedades civis e, nelas, o campo da participação, longe de ser consensual, é marcado pelos mais diversos interesses e conflitos. A comunidade escolar e seu entorno estão imersos nesse mesmo contexto.

Entretanto, segundo Doimo (1995), os movimentos populares surgidos no Brasil a partir dos anos 70, por exemplo, justamente por possuírem elementos que os transformam em um campo ético-político comum, preconizam a

[...] existência de uma sociabilidade comum aflorada pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas e assim por diante. (DOIMO, 1995, p. 68).

No sentido desse sentimento de pertença ao espaço do município, buscamos garantir a análise dessa constituição. Também a categoria povo⁷ (popular) foi tomada como referência, precisamente, para o estabelecimento de diferenças, pois julgamos pertinente problematizá-las em torno da Sociedade Civil Organizada e Popular, bem como problematizar o movimento de ocupação do espaço público⁸ no município de Mesquita, no que se refere à formação de políticas em relação às questões socioambientais.

Entre as ações detectadas como pertencentes ao Município, a partir da realidade dos bairros, e as que são desejáveis, existem largas diferenças. Entretanto, é possível reconhecer, através dos olhares da comunidade local, uma diversidade de visões acerca das questões e das necessidades socioambientais.

Ações pontuais, tais como a coleta de óleo de cozinha usado, a coleta seletiva (a regular e a de catadores e cooperativas), em especial a que acontece em torno de rios e cachoeiras, os projetos de reaproveitamento, os coletores de água de chuva, o reconhecimento do Parque Municipal, o plantio de árvores e a jardinagem comunitária, são reconhecidas como válidas tanto para ações ocorridas na comunidade, quanto como desejos relacionados à sustentabilidade socioambiental da cidade no sentido mais amplo.

Vale destacar, dentre tantas atividades analisadas, as ações de cunho mais amplo que ultrapassam uma visão apenas de conservação (ou mais ingênua da relação sociedade-natureza) e que podem

ser apreendidas como um conceito de sustentabilidade socioambiental democrática para o município.

Ao longo da realização do projeto da construção da Política e do Programa de Educação Ambiental, conseguimos identificar atividades realizadas no município e nas entidades envolvidas, tais como: (a) Programa Educação de Chico Mendes em parceria com o Instituto de Estudos da Religião - ISER e conveniado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2008); (b) Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente no âmbito Escolar, Municipal e Estadual (2008/2009); (c) Palestras; (d) Pesquisa de campo sobre Recursos Hídricos com alunos da Escola Municipal Rotariano Arthur Silva durante a Semana de Alimentação Escolar (2009); (e) Oficinas de Educação Ambiental para monitores do Programa Mais Educação (2009); (f) Convênio com as empresas Recicleta e Ecoleta, com o objetivo de fortalecer o Programa de Coleta Seletiva Solidária em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (2009); (g) Participação na Semana de Meio Ambiente de Mesquita com atividades de contação de histórias, oficinas do Programa Escola Aberta, participação de alunos no plantio de mudas e apoio operacional na estrutura do evento (oferta de almoço e tenda) (2009); (h) Cadastro das Escolas da Rede no Museu de Astronomia do Rio de Janeiro e no Espaço Ciência Interativa (2009).

Dentre a amplitude dos exemplos, consta a questão do trabalho, que surge no fazer de catadores (*a vizinha que recolhe garrafas Pet para vender, é autônoma e a moça que recolhe óleo usado de cozinha para fazer sabão*) e de pessoas isoladas que querem *ajudar o meio ambiente*, levando o lixo aos postos de coleta dentro e fora do município. Ainda há o trabalho do carroceiro, que recolhe entulhos de obras da localidade, mas que não sabe o destino final do material (apenas retira das portas das casas e leva para outro lugar ermo ou abandonado), e o trabalho das padarias comunitárias, as construções de novas moradias populares, as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e os cursos, como os de informática (Casa Brasil), que também aparecem como práticas socioambientais aos olhos de alunos e comunidade adjacente.

Somado a tudo isso, as questões de responsabilidade do poder público aparecem com maior ênfase, caracterizando claramente que a comunidade sabe sobre “[...] a divisão de responsabilidades sociais”. Entre as ações socioambientais mais amplas, a comunidade destaca a necessidade de melhorar o saneamento básico, de construir um hospital, de realizar obras para a contenção das enchentes, de desenvolver projetos de arborização para a cidade (ruas e parques), de fazer a manutenção no florestamento de ruas e de alamedas (poda, replantio) e de asfaltar e melhorar as ruas. Lembramos que, na visão da comunidade, a questão ambiental perpassa pela melhoria da qualidade de vida e ambiental na cidade, pois,

indiretamente, aparecem dados correlacionados, tais como a arborização que, além de contribuir para o embelezamento da cidade, minimizaria o desconforto climático na região.

Vale salientar a ligação entre a questão socioambiental e a importância de se trabalhar isso via educação e formação de pessoas. Nesse item, a comunidade destaca: (a) a entrada da Educação Ambiental como disciplina obrigatória⁹ e/ou como integrante nas propostas curriculares; (b) a melhoria das escolas, a difusão e a ampliação de cursos de Informática, Inglês e outras línguas; (c) a elaboração de cursos sobre reciclagem e de oficinas de materiais reaproveitados, os quais possam ser extensivos à comunidade, voltados para a conscientização ecológica; (d) a construção de bibliotecas e outros espaços municipais; (e) a construção de praças esportivas que contivessem, além de atividades físicas, oficinas, palestras e exposições sobre as questões socioambientais, com orientação da população sobre a importância e a abrangência das questões ambientais; (f) a criação de projetos cujas temáticas fossem pautadas em questões sobre energia, clima, águas, sustentabilidade, poluição, entre outros temas.

A construção de uma casa para plantar, isto é, de um lugar onde se pudesse ensinar a plantar mudas que servissem ao projeto de urbanização do município ou a construção de um hospital para todos ajudam a refletir sobre a qualidade das concepções acerca da abrangência e da importância de uma Educação Ambiental de caráter crítico-social, que se encontra para além das dimensões meramente instrumentais e de gestão técnica. Trata-se de uma concepção socioambiental democrática e pública. As representações, a seguir (Figuras 1 e 2), ajudam a exemplificar algumas das percepções trazidas pelos alunos. Apontamos que, nesse contexto, a comunidade reconhece a coleta regular e seletiva de lixo como

Figura 1 - Curso de Jardinagem Comunitária (horta)

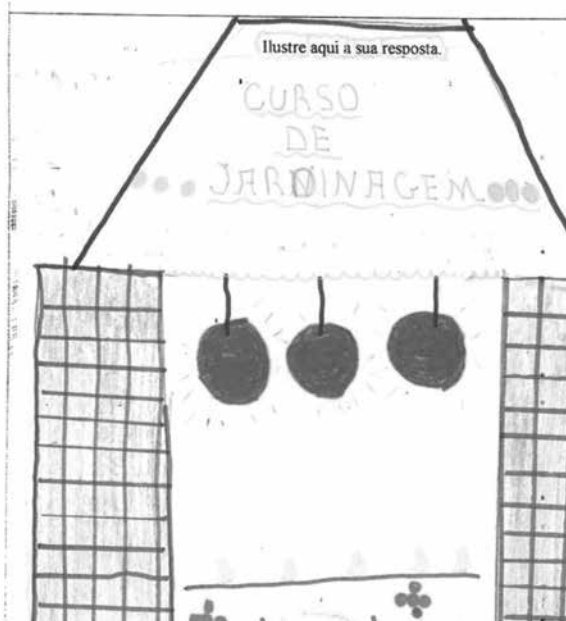


Figura 2 - Padaria Comunitária (horta)



ações que já ocorrem e que podem ser computadas como de cunho ambiental educativo. No entanto, outras ações são ressaltadas como fundamentais para ações de saneamento e limpeza da cidade: a necessidade de se criarem programas de formação para sua população (como, por exemplo, o fato de o lixo ser todo revirado); o recolhimento de óleo para reciclagem, visto que, para a população, é preciso dar orientação e realizar uma fiscalização mais eficaz (bares e barracas que jogam o óleo nos ralos). Além disso, a comunidade destaca a importância da limpeza de terrenos e de vias com lixo e entulhos acumulados (para evitar mau cheiro, ratos e insetos), das lixeiras em estabelecimentos comerciais, da fiscalização de áreas abandonadas (como casas e terrenos), da fiscalização da destruição do verde, da dragagem e da limpeza dos rios, dos espaços para recolhimento de material seletivo em vários pontos da cidade, do desentupimento de ralos e bueiros - ações permanentes (aliadas à educativa), da conservação do espaço urbano (limpeza) e de mais garis para coletas e manutenção (contratados por meio de concurso em vez de terceirização).

Aliado a essas atividades, iniciou-se o mapeamento das ações desenvolvidas por cada unidade (ação e objetivo) localizada no Município de Mesquita. Tal levantamento permitiu avaliar o que as escolas e a comunidade do entorno realizavam. Percebeu-se, então, que quase todas já trabalhavam com projetos de Educação Ambiental, mas eram trabalhos dispersos nas ações isoladas das escolas, caracterizando a ausência de um projeto ou de um plano municipal que contemplasse e garantisse essa inserção. Muitos desses trabalhos tratavam de atividades que envolviam a coleta de lixo, as oficinas de reciclagem, a compostagem, a confecção de brinquedos, entre outros, porém, de forma isolada, isto é, eram ações da comunidade, envolvida com a própria escola.

Por meio do mapeamento das ações realizadas pelas/nas escolas, conseguimos visualizar que

essas atividades já estavam sendo incluídas no Programa de Educação Ambiental do Município. Agora, mediante uma ação concreta da Prefeitura, com norteamiento para as ações em curso, tanto para aquelas que necessitam de implementação e garantia de manutenção de aprofundamento, em especial no campo escolar. Desse modo, esse mapeamento proporciona a reflexão acerca de mudanças concretas no município, as quais possam realmente ser viabilizadas como políticas públicas e não mais como ações isoladas.

4 CONCLUSÃO

O que a comunidade identifica como *ações concretas* de Educação Ambiental no município de Mesquita?

Estamos longe de estabelecer o ideal para um Programa de Educação Ambiental eficaz; entretanto, acreditamos que isto seja um processo já incipiente em Mesquita, junto com a fundação e crescimento da cidade, bastante jovem, pois possui apenas 11 anos de existência.¹⁰

No Brasil, a Legislação prevê que todos os municípios se envolvam na elaboração da Política e do Programa de Educação Ambiental. O município de Mesquita se adiantou e os elaborou através de um processo de construção que partiu do envolvimento e da experiência da comunidade.

Várias ações foram e continuam sendo realizadas no Município, porém, agora, estão previstas e reconhecidas a partir do Programa de Educação Ambiental. A Lei prevê que o Município deve estimular o desenvolvimento de tais atividades, nos três eixos: (a) formação em Educação Ambiental; (b) produção e difusão de informações; e (c) gestão e Educação Ambiental na política pública.

As contribuições advindas das análises dessas ações apontam para uma questão fundamental: a relevância de uma Educação Ambiental escolar que esteja profundamente ligada ao Plano de Educação Municipal em construção e consolidação e que prime pela garantia de formação permanente de seus professores e de suas condições de trabalho, pela interlocução e pela formação da comunidade escolar e seu entorno e pelo fortalecimento do caráter público e universal dessas políticas.

Tais desafios se acentuam quando o estabelecimento de Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental traz um norteamiento que pede acolhimento e tratamento no âmbito de toda a comunidade escolar, em sua forma ampliada, pois a Educação Ambiental, em tais Diretrizes, do artigo 3º ao 6º:

[...] visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído; a Educação Ambiental é construída

com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza; a Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica; e a Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino. (BRASIL, 2012)

Várias questões despontam para a próxima etapa do trabalho: O que a comunidade identifica como ação de Educação Ambiental necessária à nossa comunidade? Como viabilizar que os três eixos de atuação ocorram efetivamente? Como garantir que as escolas participem efetivamente do Programa de Educação Ambiental, não como atividades comemorativas e/ou isoladas, e sim como dinamizadores de uma Educação Ambiental crítica? Estas questões parecem ser desafios e tarefas mais que urgentes, que precisam ser consolidadas na perspectiva da visão coletiva de uma comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 30 de janeiro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012. Seção 1. p. 70.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Seção 1, página 13.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999a. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2002.
- _____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. ed. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF, 1997b.

_____. Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1, p. 2548-2549.

_____. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012. Seção 1, p. 70-71.

_____. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 1997a. Seção 1, p. 30841-30843.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 de set. 1981.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: temas em meio ambiente**. Duque de Caxias: Ed. UNIGRANRIO, 2000. v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEHER, R. **Notas de aula**. Rio de Janeiro: DPGE, UFRJ, mar./jul. 2008.

LOUREIRO, C. F. B. O primeiro ano do GT Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED): um convite à reflexão. **Educação e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, jan./jul. 2006.

_____. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007a.

_____. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Coord. Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber. Brasília, DF: Ministério da Educação: Ministério do Meio Ambiente: UNESCO, 2007b.

MUNICIPAL: a experiência do município de Mesquita/RJ

_____. Pesquisa-ação participante e educação ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória. In: TOZONI-REIS, M. F. de C. (Org.). **Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Ed. Annablume, 2008a.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial S.A, 1985. v. 4.

MESCHKAT, K. Una crítica a la ideología de la sociedad civil': In: HENGSTENBERG, K. K; MAIHOLD, G. (Eds.) **Sociedad Civil en América Latina: representación de intereses y gobernabilidad**. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1999.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 601, de 29 de dezembro de 2009**. Lei de Educação Ambiental do município de Mesquita. Mesquita, 2009.

_____. **Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA**. Mesquita: 2010.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.325, de 17 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a lei federal no 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial**, RJ, 30 dez. 1999.

NOTAS

¹ Somente dez anos após a promulgação da Política Estadual em Educação Ambiental (PEEA/RJ) foram realizados os primeiros movimentos para a elaboração do ProEEA/RJ. Em dezembro de 2009, durante a realização do Seminário sobre "Os 10 Anos da Política Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro", organizado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA/RJ) e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tendo recebido apoio da Secretaria de Estado de Educação (SEE/RJ), foi discutida, em grupo de trabalho, uma primeira versão do documento que viria a constituir o Texto-Base para o ProEEA. Desde então, sua construção tem ocorrido por intermédio de processo de consulta pública em várias regiões do Estado.

² Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012. Seção 1. p. 70.

³ O ProMEA - Mesquita é fruto da articulação iniciada em fevereiro de 2009 para a consolidação de um projeto participativo entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Nova Iguaçu, Departamento de Educação e Sociedade, por meio do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental, Desenvolvimento e Sustentabilidade (GEPEADS) e das Secretarias de Meio Ambiente (SEMUAM) e de Educação – SEMED, para a construção participativo-popular e formativa da Política de Educação Ambiental Municipal (PMEA – Mesquita) e, em processo de

continuidade, do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA – Mesquita).

- 4 Que ficaram assim estabelecidas: (a) formação em Educação Ambiental; (b) produção e difusão de informações; e (c) gestão e Educação Ambiental na política pública.
- 5 Com um número total de 15.425 matrículas, a cidade possui 32 escolas municipais e 9 creches municipalizadas, incluindo um centro de referência em Educação Especial. Ademais, o município conta com 10 escolas estaduais (CENSO ESCOLAR, PMM, 2009).
- 6 Banco de Areia, BNH, Centro, Chatuba, Cosmorama, Jacutinga, Maria Cristina, Rocha Sobrinho, Santa Terezinha, Santo Elias, Vila Emil e Vila Norma.
- 7 Expressão utilizada por Leher (2008) para distinguir a maioria da população trabalhadora, despossuída de condições materiais.
- 8 Tomado como espaço privilegiado de participação e explicitação de conflitos inerentes aos interesses sociais.
- 9 Apesar de, no decorrer da construção da Política e do Programa de Educação Ambiental no município, ter se demandado pela constituição de grupo de trabalho para aprofundamento do tema, e, após avaliação e discussão no pleno da CCP, ter sido consensual a não disciplinarização da Educação Ambiental, ficou então claro, posteriormente, que esse debate não estava vencido, quando se tratava de considerar a amplitude da comunidade escolar municipal.
- 10 Mesquita foi emancipada e elevada à condição de município em 25 de novembro de 1999. Até então, pertencia ao município de Nova Iguaçu.

Ana Maria Marques Santos

Psicóloga

Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS/Cátedra da Unesco/UFRJ
Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Cristiane Cardoso

Licenciada e Bacharel em Geografia

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

E-mail: cristianecardoso1977@yahoo.com.br

Carla Andreza Marques Bezerra

Estudante de Graduação - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

E-mail: carla_nirj@yahoo.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Rodovia BR 465 - Km 7, Campus Universitário - Seropédica,
23851-970 Rio de Janeiro - RJ,